



Universidade de Brasília
Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia
e Gestão de Políticas Públicas (FACE)
Departamento de Economia

ISABELA LIMA DA SILVA

**VULNERABILIDADE ECONÔMICA EM DECORRÊNCIA DE
DISCRIMINAÇÃO: uma análise do Programa de Atenção à
Diversidade - PADiv da Universidade de Brasília**

Brasília

2023

ISABELA LIMA DA SILVA

**VULNERABILIDADE ECONÔMICA EM DECORRÊNCIA DE
DISCRIMINAÇÃO:** uma análise do Programa de Atenção à
Diversidade - PADiv da Universidade de Brasília

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Economia da Universidade de
Brasília, como parte dos requisitos
para a obtenção do título de bacharel
em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Andrea
Felippe Cabello

Brasília

2023

Dedico este trabalho a todos aqueles que não tiveram a oportunidade de estudar e não sabem ler e escrever, assim como os meus avós e o meu pai, e sonham com uma vida melhor para os seus filhos. Dedico este trabalho a minha mãe também. Essa conquista é nossa.

AGRADECIMENTO

Agradeço aos meus amigos por terem vivido os melhores e os piores momentos comigo nesses últimos anos, por terem me dado força mesmo quando não tinham para si.

Agradeço à Camille D'arc por sempre me ouvir e me dar conselhos, pelos bares e tabacos da vida. Agradeço ao Felipe Vieira por sempre se preocupar comigo e cuidar de mim em muitos momentos. Agradeço, também, à Stefany Damascena por ter estado comigo e sido a minha melhor amiga no pior momento da minha vida. Muito do que eu aguentei foi por ter tido você ao meu lado, obrigada por tudo! Agradeço a Larissa Araújo pelos bons momentos, por ter topado viver comigo o que a gente vivenciou da pandemia para cá, por ter me ajudado a realizar alguns sonhos e por ter me dado o primeiro pedaço de bolo em sua festa de aniversário que tinha a sua família e namorado. Todo o seu carinho também me dá forças para continuar.

Agradeço a Andrea por ter sido uma orientadora incrível. Por ter me acalmado ao longo desse processo me dizendo que tudo tem jeito e não há problema que não possa ser resolvido. Por ter sido paciente e presente ao longo dessa jornada. Por me procurar perguntando da monografia quando sumi e não ter me deixado de lado com minha ausência. Por não ter me feito me sentir incapaz, sentimento que adquiri na graduação e me acompanhou pelos semestres seguintes. Por ter aceitado ser a minha orientadora.

Agradeço à Unb por, em algum nível, tentar cuidar de seus alunos.

Agradeço à minha psicóloga, Maria Clara, pelo seu trabalho incrível que me possibilita levar a vida de forma mais leve e, aos poucos, menos séria. Nem tudo é uma catástrofe, “às vezes, perder o equilíbrio [...] faz parte de ter equilíbrio”.

RESUMO

O que fazemos é parte muito importante do que somos e o que somos é parte muito importante do que fazemos, tão importante, a ponto de determinar a inclusão do indivíduo na sociedade e no mercado de trabalho. Este trabalho tem por objetivo compreender os impactos de vulnerabilidade social decorrente de questões ligadas à diversidade, como identidade de gênero, orientação sexual, raça entre outros, no campo econômico dos indivíduos vulnerabilizados. Para isto, é feito uma análise do Programa de Atenção à Diversidade — PADiv — da Universidade de Brasília em busca de impactos observáveis, que se mostram positivos quanto ao objetivo programa: minimizar provisoriamente a vulnerabilidade socioeconômica decorrente de questões ligadas à diversidade, possibilitando a permanência e a diplomação desses estudantes.

Palavras-chave: diversidade; vulnerabilidade econômica, vulnerabilidade social

ABSTRACT

What we do is a very important part of who we are and what we are is a very important part of what we do to the point of determining the individual's inclusion in society and in the job market. This work aims to understand the effects of social vulnerability in the economic field of vulnerable individuals resulting from diversity problems, such as gender identity, sexual orientation, race, among others. For this, an analysis is made of the Attention to Diversity Program — PADiv — of the University of Brasilia in search of observable impacts, which are positive in terms of the program objective: to temporarily minimize the socioeconomic vulnerability resulting from problems caused to diversity, enabling the permanence and graduation of these students.

Keywords: diversity; economic vulnerability, social vulnerability

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cálculo do Índice de Rendimento Acadêmico (IRA)	19
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Consolidação do método desta pesquisa	19
Tabela 2 - Pagamento das parcelas (por ano)	21
Tabela 3 - Pagamento das parcelas x período de ingresso dos alunos contemplados (por semestre)	21
Tabela 4 - Pagamento das parcelas x período de ingresso dos alunos contemplados (por ano)	22
Tabela 5 - Resultado da concessão do auxílio	22
Tabela 6 - Total de parcelas por aluno	23
Tabela 7 - Situação dos vínculos familiares	23
Tabela 8 - Idade à época do recebimento da parcela	24
Tabela 9 - Identidade de gênero	24
Tabela 10 - Orientação sexual	25
Tabela 11 - Raça	25
Tabela 12 - PCD	25
Tabela 13 - Moradia por região administrativa	26
Tabela 14 - Cotas	27
Tabela 15 - Curso à época do recebimento do auxílio	27
Tabela 16 - Curso registrado no SIGAA	28
Tabela 17 - Mudança de curso	29
Tabela 18 - Semestres trancados	29
Tabela 19 - IRA	29
Tabela 20 - Status do aluno na universidade	30

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1. Problematização	9
1.2. Objetivo Geral	10
1.3. Objetivos Específicos	10
1.4. Justificativa	10
2. REVISÃO DE LITERATURA	11
2.1. O papel de políticas públicas	11
2.2. A Avaliação do bem-estar social e individual nas Ciências Econômicas	11
3. METODOLOGIA	17
3.1. Tipo e descrição geral da pesquisa	17
3.2. População e amostra	18
3.3. Procedimentos de coleta dos dados da pesquisa e de análise	19
4. ANÁLISE DO PROGRAMA DE ATENÇÃO À DIVERSIDADE — PADiv	20
4.1. Apresentação do programa	20
4.2. Descrição dos dados	20
4.2.1.1. Pagamento das parcelas	20
4.2.1.2. Composição dos alunos	23
4.2.1.3. Características gerais acadêmicas	26
4.3. Análise dos dados	30
5. CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33

1. INTRODUÇÃO

1.1. Problematização

Segundo Pedra (2020, p. 101), o trabalho possui, na nossa cultura, um papel fundamental na determinação da identidade social do indivíduo e “o que fazemos é parte muito importante do que somos”. E o contrário também é verdade: o que somos é parte muito importante do que fazemos, tão importante, a ponto de determinar a inclusão do indivíduo na sociedade e no mercado de trabalho.

Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), 90% das travestis e mulheres transexuais precisam recorrer à prostituição para garantir a própria subsistência, uma vez que não são absorvidas pelo mercado formal. Os ganhos advindos da prostituição, no entanto, apesar de muitas vezes serem significativos, não são capazes de garantir um efetivo acesso à cidadania e aos direitos básicos e fundamentais [...] (DIVERSOS, 2017, p.11 apud PEDRA, 2020, p. 101).

Não só isso, a falta de um trabalho formal, decorrente de discriminações como a transfobia, por exemplo, “inflacionam o custo de vida dessas pessoas e as condenam a uma exclusão multifacetada que nem o dinheiro é capaz de enfrentar (PEDRA, 2017, p. 54 apud PEDRA, 2020. p. 101)”. Mesmo que a atual sociedade seja pautada, principalmente, no dinheiro, a pobreza “não é um efeito direto da ausência de renda, [...] é uma privação de capacidades básicas que, em alguns casos, [...] independe do acesso à renda (PEDRA, 2017, p. 54 apud PEDRA, 2020. p. 101)”.

Segundo dossiê produzido pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ em 2020, agências internacionais de direitos humanos afirmam que mais da metade das pessoas LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, entre outros) assassinadas no mundo ocorrem no Brasil, sendo o país que mais assassina pessoas desse grupo¹. E, os LGBTQIA+ mortos no Brasil nas últimas 4 décadas pertenciam a praticamente todos os estratos sociais, mesmo com uma predominância de 44,6% de profissionais do sexo, muitos outros eram empresários, advogados, arquitetos, médicos e professores.

Dessa maneira, este trabalho terá como objetivo responder o seguinte questionamento: vulnerabilidades sociais, como discriminação em decorrência de questões ligadas à diversidade, podem estar ligadas a uma maior propensão de a ter vulnerabilidade econômica?

¹ <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2020/>

1.2. Objetivo Geral

Associar a vulnerabilidade social decorrente de questões ligadas à diversidade, como identidade de gênero, gênero, orientação sexual, raça entre outros, com a uma maior propensão a ter vulnerabilidade econômica.

1.3. Objetivos Específicos

Para isso, será feita uma análise do Programa de Atenção à Diversidade — PADiv — da Universidade de Brasília em busca de:

- Descrever os dados do programa;
- Identificar as vulnerabilidades sociais vivenciadas pelos alunos acolhidos pelo programa durante o período estabelecido;
- Identificar as vulnerabilidades econômicas desses mesmos alunos;
- Deduzir a relação de vulnerabilidade social na geração de vulnerabilidade econômica.

1.4. Justificativa

Apesar de ser cada vez maior o número de economistas que buscam estudar questões sobre diversidade por uma ótica econômica, como gênero e raça, assuntos como identidade de gênero e orientação sexual ainda representam uma parcela pequena de objetos de estudo.

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios — PDAD, por exemplo, realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), foi criada em 2018 e, apesar de ser uma pesquisa criada recentemente, passou a abordar questões de identidade de gênero e orientação sexual apenas na edição de 2021. A falta de bases de dados contendo informações necessárias sobre diversidade dificulta bastante o surgimento de muitos estudos, mas não os impede.

Visto isso, este trabalho se faz pertinente, uma vez que ajuda a trazer luz sobre o tema e busca explorá-lo através de dados, até então, recentes e inexplorados, disponibilizados pela Diretoria de Diversidade (DIV) da Universidade de Brasília.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. O papel de políticas públicas

Segundo Capella (2018), durante o século 19, as Ciências Sociais foram marcadas pelo surgimento da ideia de que os problemas sociais poderiam ser resolvidos por meio de conhecimento apropriado e aplicação de técnicas específicas.

Como afirma Parsons (2007, p. 51, apud CAPELLA, 2018, p. 14), “a noção segundo a qual o mundo estava cheio de enigmas e problemas que poderiam ser resolvidos por meio da aplicação de razão e do conhecimento humano está na base do desenvolvimento do enfoque de políticas públicas”.

Tomando como base o modelo das ciências naturais, esses estudos buscavam investigar os problemas de natureza social para que fossem formuladas as soluções mais adequadas, amparando a tomada de decisão governamental com conhecimento especializado. [...] Nessa perspectiva, o papel do analista de políticas públicas seria fundamentalmente encontrar evidências de problemas sociais, para então analisar suas causas e propor a adoção de medidas necessárias para sua resolução (CAPELLA, 2018, p 14-15).

Saravia e Ferrarezi (2006) definem as políticas públicas como estratégias que apontam para diversos fins, como a consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder e a felicidade das pessoas. Essas finalidades constituem o “elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política (SARAVIA; FERRAREZI, 2006, p, 29)”.

Sabendo que a “felicidade” de uma população pode ser um objetivo a ser atingido por uma política pública, ou um conjunto delas, é de extrema importância definir como o bem-estar social é mensurado. Isso porque a definição do que é e como avaliar o bem-estar individual e coletivo não só impactaria a definição da eficiência e eficácia das políticas públicas, como também impactaria na sua formulação.

2.2. A Avaliação do bem-estar social e individual nas Ciências Econômicas

Tradicionalmente, a Economia avalia o bem-estar social por uma ótica coletiva e despersonalizada. Mesmo ao tratar o bem-estar em sua totalidade como o somatório de bem-estar individuais, na Economia, não há muito espaço para mensurar o bem-estar individual através das particularidades do agente enquanto unidade em si mesmo e unidade que compõe e se relaciona com o todo.

Outros economistas, no entanto, trabalham este conceito por um outro olhar. Sen (1979, 1983, 1985, 1988, 1990, 2000, 2008, 2010a, 2012), por exemplo, conceitua o bem-estar multidimensionalmente ao considerar o indivíduo como um agente que se modifica através do meio ao mesmo tempo que é capaz de modificar o meio no qual se encontra inserido.

Desta maneira, este capítulo se propõe a entender brevemente essas duas linhas de pensamentos, a avaliação tradicional do bem-estar e a avaliação multidimensional do bem-estar, por Sen (1979, 1983, 1985, 1988, 1990, 2000, 2008, 2010a, 2012).

A Ciência Econômica se propõe estudar, desde o princípio, políticas administrativas e do bem-estar (SAMUELSON, 1983). Durante o século XIX, foi atribuído ao economista, não apenas explicar o mundo econômico como é e fazer conjecturas sobre o futuro dos acontecimentos, mas também estabelecer princípios de política econômica, para, assim, dizer quais delas são capazes de conduzir para o bem-estar social e quais são capazes de levar ao desperdício e empobrecimento (HICKS, 1939).

Desde então, houve diversas maneiras para conceituar, avaliar e mensurar o bem-estar social. Samuelson (1983) fragmenta a economia do bem-estar em duas partes: a antiga, representada originalmente pelo professor Arthur Cecil Pigou, e a nova, representada por Vilfredo Pareto. No entanto, neste capítulo, a antiga economia do bem-estar será representada por Oskar Lange.

A primeira delas, a teoria antiga do bem-estar, parte de suposições com relação à comparação da utilidade entre as pessoas (HICKS, 1939). Lange (1942) sugere que o bem-estar social em sua completude pode ser definido como a soma do bem-estar de todos os indivíduos, isto é, suas utilidades. Mais especificamente, o bem-estar dos indivíduos pode ser definido, segundo Mas-Colell et al. (1995), a partir do acesso que esses indivíduos têm a um conjunto de possibilidades de utilidades, ou seja, cesta de bens, formado por vetores que representam os níveis de utilidade desses agentes econômicos.

Se um dos vetores contém pelo menos um elemento maior do que os elementos equivalentes em outros vetores, ele é considerado um vetor maior, representando, dessa maneira, uma melhor situação em termos de bem-estar individual do que os demais vetores (LANGE, 1942; MAS-COLELL et al., 1995).

Entretanto, Lange (1942) afirma que para resolver o problema de maximização do bem-estar social por esta ótica, deve-se existir uma ponderação dos pesos das utilidades para cada indivíduo por meio de comparações interpessoais de utilidade, isto é, um balanço de perdas e ganhos de utilidade para cada agente econômico. Para dispensar a comparabilidade interpessoal de utilidade, houve uma reformulação onde o bem-estar total de uma comunidade passou a ser considerado ordenadamente e não cardinalmente (LANGE, 1942). Em outras palavras, o que prevalece é a ordem das preferências dos indivíduos, e não mais a soma das utilidades.

A nova teoria do bem-estar, diferente da sua precursora, considera a utilidade como única dimensão necessária para mensurar o bem-estar social. Pareto (1987), em seu capítulo IV intitulado como ‘Os Gostos’, afirma que as noções de valor de uso, de utilidade de ofelividade, isto significa, utilidade do prazer, bem como seus índices, facilitam muito a exposição da teoria do equilíbrio econômico, todavia não são necessárias para sua construção.

De acordo com Pareto (1987), o problema econômico consiste em uma oposição entre “gostos” e “obstáculos”. Se uma coisa é capaz de satisfazer as necessidades e os desejos do homem, ela tem valor de uso, ou utilidade, e os obstáculos, apesar de não serem capazes de determinar as ações do homem, funcionam como limitadores onde “e estabelecem certos limites, impõem certas restrições, mas permitem ao indivíduo mover-se segundo seus próprios gostos num domínio mais ou menos restrito” (PARETO, 1987, p. 129-130).

Ele afirma, também, que para que uma situação seja considerada a máxima de bem-estar social, não deverá existir nenhuma alocação possível que seja capaz de melhorar o bem-estar de alguém sem diminuir o bem-estar de outro alguém. Ou seja, uma situação X apresenta maior bem-estar social do que uma situação Y se pelo menos um indivíduo apresenta maior bem-estar do que na situação Y sem que os demais agentes econômicos tenham suas utilidades reduzidas.

Agafonow (2007 apud GIACOMELLI, 2017) afirma que o equilíbrio de Walras é uma das mais importantes teorias econômicas de alocação, servindo de base para o surgimento da eficiência de Pareto.

Walras diz que “o equilíbrio perfeito ou geral do mercado somente ocorre se o preço de duas mercadorias quaisquer, uma na outra, é igual à relação entre os preços de uma e da outra em uma terceira qualquer (WALRAS, 1983, p. 120)”. Para isso, Walras define

inicialmente a riqueza social como um “conjunto de coisas materiais ou imateriais [...] que são raras, isto é, que nos são, por um lado, úteis e que, por outro, existem à nossa disposição apenas em quantidade limitada (WALRAS, 1983, p. 45)”.

E, conceitua a utilidade como a características das coisas que “possam servir a um uso qualquer, desde que atendam uma necessidade qualquer e permitam sua satisfação (WALRAS, 1983, p. 45)”.

Walras (1983) diz que tanto para o físico quanto para o matemático, a velocidade não se opõe à lentidão assim como o calor não se opõe ao frio. Em ambos os casos, a lentidão nada mais é do que uma velocidade menor enquanto que o calor pode ser entendido como um calor menor. Da mesma maneira, “a raridade e a abundância não se opõem uma à outra: por mais que seja abundante, uma coisa é rara, em Economia Política, desde que seja útil e limitada em quantidade [...] (WALRAS, 1983, p. 46)”.

Porque as coisas são úteis e raras, elas são valiosas e apropriáveis e, uma vez apropriadas, elas adquirem uma propriedade especial, “a faculdade de ser trocada por qualquer uma das outras, em tal ou qual proporção determinada (WALRAS, 1983, p. 47)”, que independe da sua utilidade direta.

Se possuímos qualquer uma dessas coisas raras, podemos, cedendo-a, obter em troca qualquer outra coisa rara que nos falte. Se não a possuímos, somente podemos obtê-la cedendo em troca qualquer outra coisa rara de que estejamos providos. E se não a temos, e se não temos nada que dar em troca é preciso que dela nos privemos. Esse é o fato do valor de troca, que, como o fato da propriedade, diz respeito apenas à riqueza social e diz respeito a toda a riqueza social (WALRAS, 1983, p. 47).

Walras (1983) afirma que são as relações de troca, oferta, demanda e preços que devem determinar os rumos dos estudos da Economia Política Pura, pois, ao utilizar o método matemático, a Economia Política Pura é capaz de chegar a um mercado ideal, com preços ideais, relacionados diretamente com níveis de oferta e demanda igualmente ideais. E, é dessa maneira que, para Walras (1983), esta Ciência poderá resolver problemas de Economia Aplicada e Economia Social.

Em suma, para Walras (1983), a riqueza social diz respeito a um conjunto de coisas de limitado acesso, que podem ser destinadas a um uso qualquer, satisfação e necessidade quaisquer e estas características garantem o valor de troca. Este último, por sua vez, é elemento basilar para o equilíbrio walrasiano e quanto mais raro é o bem, maior será o seu valor de troca no mercado.

Diante disso, fica mais fácil compreender o que Walras (1983) quis dizer com que o equilíbrio perfeito do mercado somente ocorre se o preço de duas mercadorias quaisquer for igual a relação entre os preços de uma e da outra em uma terceira mercadoria qualquer. Em outras palavras, ao considerarmos três mercadorias quaisquer, chamemo-as de mercadoria A, B e C, o equilíbrio ocorre quando o valor de troca da mercadoria A em mercadoria B é igual o valor de troca da mercadoria A em mercadoria C, que é o mesmo valor de troca da mercadoria B em mercadoria C.

Hicks (1939) acredita que Pareto foi o mais bem sucedido na tentativa de definir uma forma de medir o bem-estar social. Samuelson (1983) afirma que Pareto dispensa a soma das utilidades dos diferentes indivíduos, pois esse método exigiria a realização de atribuição de pesos aos níveis de utilidades de cada indivíduo.

Para Hicks (1939), existem certas regras gerais para se chegar a uma organização ótima como o critério de serem universalmente válidas, sendo aplicáveis a todos os tipos de sociedade. Além disso, Hicks (1939) afirma que, enquanto a Economia estiver preocupada com oferecer explicações, ela poderá esperar chegar a conclusões que exigirão aceitação universal.

De acordo com Giacomelli (2015), os teóricos do bem-estar podem carregar consigo diferentes valores em diversos contextos, o que impacta as prescrições políticas e isso impediria a constituição de regras ou explicações universais. Giacomelli (2015) argumenta que a busca pela construção de regras ou explicações universais podem afastar os teóricos do bem-estar dos valores morais e éticos.

Henderson e Quandt (1976 apud GIACOMELLI, 2015) ainda argumentam que o verdadeiro objetivo da economia do bem-estar é avaliar a aceitabilidade social de distribuições alternativas de recursos.

Para a social-democracia, a política social não é só emancipadora, como também uma condição pré-existente da eficiência econômica (MYRDAL; MYRDAL, 1936 apud ESPING-ANDERSEN, 1991).

Sen (1979, 1983, 1985, 1988, 1990, 2000, 2008, 2010, 2012), segundo Giacomelli (2015), define o desenvolvimento em sua completude a partir de uma visão multidimensional, onde o processo de desenvolvimento humano se relaciona com diversas dimensões da vida,

como a participação na sociedade, o acesso à educação e saúde, entre outros.

O autor defende uma abordagem na qual um arranjo social eficiente está ligado às realizações que as pessoas conseguem alcançar, no uso de suas liberdades individuais, por meio dos bens que estão disponíveis na sociedade em que vivem; e considera os seus valores, sua cultura e suas características individuais (GIACOMELLI, 2015, p. 11).

Segundo Sen (1999 apud GIACOMELLI, 2015), a Economia se origina a partir da ética e a engenharia. “A primeira remonta a Aristóteles e está relacionada aos fins humanos. A segunda trata de questões “meio”, ou logísticas, para atingir a fins predeterminados, e reduz a motivação do comportamento humano ao simples alcance de objetivos maximizadores (GIACOMELLI, 2015, p. 31)”.

Sen (1999 apud GIACOMELLI, 2015) continua seu discurso dizendo que mesmo que o estudo da Economia tenha uma relação direta com a busca pela riqueza, ele está mais profundamente ligado à análise da real motivação humana. Assim, a Economia tem seu estudo primeiramente relacionado à ética. Além disso, Kuhn (2004 apud GiACOMELLI, 2015) acredita que a parte da Economia que teve a sua origem na engenharia reduziu a humanidade a um meio para atingir o fim, o de ampliar riquezas.

Para Sen (2008 apud GIACOMELLI, 2015), as abordagens em geral adotam variáveis instrumentais para avaliar o bem-estar dos indivíduos, enquanto a abordagem das capacitações faz a sua avaliação de funcionamentos. Em outras palavras, as abordagens em geral focam em fatores que podem possibilitar o alcance do bem-estar como, por exemplo, a renda individual, a riqueza de um país, os bens-primários e acesso a recursos.

Além disso, Sen (2008 apud GIACOMELLI, 2015) afirma que a abordagem das capacitações está fundamentalmente baseada em dois pilares conceituais: funcionamentos (functionings) e capacitação (capability). Sen (2008 apud GIACOMELLI, 2015) explica que os funcionamentos são elementos constitutivos do do bem-estar individual, enquanto as capacitações representam conjuntos de funcionamentos que o indivíduo escolheu exercer.

Segundo Sen (2007), a sua abordagem parte de uma concepção de que a vida é uma combinação de diversas formas de “ser” e “fazer”, e a qualidade da vida das pessoas é avaliada a partir das capacitações para alcançar funcionamentos que são valiosos para si. [...] o foco da abordagem das capacitações está em avaliar o bem-estar das pessoas a partir das possibilidades reais que elas têm de realizar aqueles funcionamentos que consideram valiosos para as suas vidas (GIACOMELLI, 2015, p. 33).

Sen (2008 apud GIACOMELLI, 2015) argumenta que o bem-estar deve ser avaliado

pela qualidade do “estado” de uma pessoa, isto é, “o que ele é”; “como é” e “como está”.

Além disso, Adam Smith (1996) propõe em Riqueza das Nações que parte do funcionamento da sociedade se deve ao fato dos agentes buscarem satisfazer o seu auto interesse. Ele afirma que “não é da benevolência do açougueiro, do fabricante de cerveja ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse (SMITH, 1996, p. 74)”.

Ele continua seu discurso dizendo que “ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo (SMITH, 1996, p. 438)”.

Este pensamento da busca da realização do auto interesse, por muito tempo, foi e permanece predominante. Ele tem servido de base para o surgimento de novos pensamentos e teorias em Economia e, como qualquer *trade off*, ele tem o seu custo de oportunidade.

3. METODOLOGIA

3.1. Tipo e descrição geral da pesquisa

Este trabalho se propõe a apresentar uma pesquisa descritiva de abordagem quali-quantitativa.

A pesquisa quantitativa, que tem suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana. Por outro lado, a pesquisa qualitativa tende a salientar os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, para apreender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando o fenômeno (POLIT; BECKER; HUNGLER, 2004, p. 201 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Assim, “a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (FONSECA, 2002 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009)”.

Segundo Triviños (1987 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009), a pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar para que, assim, possa tentar descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.

3.2. População e amostra

Dessa maneira, a população corresponde aos alunos da Universidade de Brasília que participaram do Programa de Atenção à Diversidade - PADiv. Como o número total de observações é 60, a amostra será todos os dados obtidos, isto é, a própria população.

Por se tratar, também, de uma pesquisa qualitativa “o objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991, p. 58 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009 p. 34)”.

Os dados obtidos são: Curso atual; Curso anterior; Região Administrativa de Moradia; PCD; Cotas; Índice de Rendimento Acadêmico - IRA; Observação; Status; Período de ingresso; Reprovações; Trancamento; Total de parcelas; Identidade de Gênero; Raça; Gênero; Idade à época; Vínculos Familiares; Resultado e Ano.

O dado Curso atual refere-se ao curso registrado no Sistema Integrado de Gestão de Atividades (SIGAA), enquanto o Curso anterior refere-se ao curso declarado pelo estudante durante a entrevista realizada para o PADiv. A Região Administrativa de Moradia informa a região administrativa de moradia do estudante informado durante a entrevista. PCD informa se o estudante tem algum tipo de deficiência. Cotas informa qual foi o sistema de ingresso utilizado pelo estudante. O item Observações traz algum comentário a respeito da situação do estudante no período da realização da entrevista, enquanto Status informa se o aluno ainda está ativo na universidade ou se já concluiu o curso de graduação. Idade à época informa a idade do estudante na época do recebimento do auxílio.

Período de ingresso informa o semestre em que o aluno ingressou no curso. Reprovações informa o número total de reprovações do aluno até o momento, enquanto Trancamentos diz respeito ao número total de semestres trancados pelo aluno. Total de parcelas é o número total de parcelas do auxílio que o estudante recebeu e Ano informa o ano do pagamento da parcela. Identidade de Gênero, Raça e Gênero informam, respectivamente, a identidade de gênero, raça e gênero declarados pelo aluno. O item Vínculos Familiares informa se o vínculo familiar foi fragilizado ou rompido. Resultado diz respeito se o auxílio foi deferido ou indeferido. O IRA representa numericamente o rendimento acadêmico geral do estudante. Ele corresponde ao intervalo de 0 a 5, sendo o último seu valor mais alto, e é calculado pela fórmula:

Figura 1 - Cálculo do Índice de Rendimento Acadêmico (IRA)

$$\frac{\sum_{i=1}^n (E_i Cr_i Se_i)}{\sum_{i=1}^n (Cr_i Se_i)}$$

Legenda:

n = número de disciplinas cursadas com menção pelo estudante

E_i = equivalência da menção da i -ésima disciplina: SS = 5, MS = 4, MM = 3, MI = 2, II = 1, SR = 0

Cr_i = número de créditos da i -ésima disciplina

Se_i = semestre no qual a i -ésima disciplina foi cursada, sendo 6 (seis) seu valor máximo

Extração: CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO, 2020.

É importante ressaltar que, nesta pesquisa, o respondente não é identificável, sendo os dados sigilosos. Logo, os alunos não são passíveis de reconhecimento.

3.3. Procedimentos de coleta dos dados da pesquisa e de análise

Como os dados utilizados nesta pesquisa são dados secundários, a técnica de coleta de dados utilizada foi a de pesquisa documental. Os dados obtidos foram disponibilizados pela Diretoria de Diversidade da UnB, responsável pelo PADiv.

Em um primeiro momento, foi feita uma análise descritiva dos dados e, posteriormente, uma análise de conteúdo, mais especificamente, uma análise temática.

Para Minayo (2007, p. 316 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009 p. 85), “a análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja **presença** ou **frequência** signifique alguma coisa para o objetivo analítico visado”.

Tabela 1 - Consolidação do método desta pesquisa (modelo elaborado por: Prof^a. Josivania Silva Farias)²

Objetivos	Fontes dos dados	Tipo de dado coletado	Técnicas de Coleta de dados	Instrumentos de coleta dos dados	Técnicas de análise dos dados
1. Descrever os dados do programa	Diretoria de Diversidade (DIV) da Universidade de Brasília	Curso atual, Curso anterior, Registo Administrativa de Matrada, PCD, Cotas, Índice de Rendimento do Aluno - IRA, Observação, Status, Período de ingresso, Reprovações, Trancamento, Total de parciais, Identidade de Gênero, Raça, Identidade de Gênero, Idade à época, Vínculos Familiares, Resultado, Ano.	Pesquisa documental	Planilha de Excel	Análise descritiva
2. Identificar as vulnerabilidades sociais vivenciadas pelos alunos acolhidos pelo programa durante o período estabelecido	Diretoria de Diversidade (DIV) da Universidade de Brasília	Raça, Gênero, Identidade de Gênero.	Pesquisa documental	Planilha de Excel	Análise descritiva
3. Identificar as vulnerabilidades econômicas desses mesmos alunos	CODEPLAN e Diretoria de Diversidade (DIV) da Universidade de Brasília	Renda Domiciliar Bruta do registo de matrícula, Ingresso na universidade por sistema de cotas para baixa renda.	Pesquisa documental	Planilha de Excel	Análise descritiva
4. Deduzir a relação de vulnerabilidade social na geração de vulnerabilidade econômica	Diretoria de Diversidade (DIV) da Universidade de Brasília	Vínculo familiar; Reprovações; Trancamentos, Período de ingresso do aluno na universidade.	Pesquisa documental	Planilha de Excel	Análise de conteúdo

² Professora Associada da Universidade de Brasília (UnB), lotada no Departamento de Administração.

4. ANÁLISE DO PROGRAMA DE ATENÇÃO À DIVERSIDADE — PADiv

4.1. Apresentação do programa

O Programa de Atenção à Diversidade (PADiv), aprovado em 2020, é um programa emergencial da Universidade de Brasília (UnB) voltado aos alunos de graduação. Ele objetiva minimizar provisoriamente a vulnerabilidade socioeconômica decorrente de questões ligadas à diversidade, como identidades de gênero, raça, etnia e orientação sexual, dos alunos de graduação da universidade, dessa maneira, possibilitando a permanência e a diplomação desses estudantes.

O PADiv é composto por auxílio financeiro, que pode ser pago por até três parcelas ao longo de um ano, desde que respeite o intervalo de trinta dias entre as parcelas, acesso emergencial às refeições no Restaurante Universitário (RU) da UnB, por até 30 dias, e acompanhamentos socioassistencial, psicossocial e pedagógico realizados pela Diretoria da Diversidade (DIV).

Além disso, a participação no PADiv ocorre com base em dados obtidos em entrevista com o estudante, se baseando na individualidade de cada estudante.

4.2. Descrição dos dados

A base de dados conta com 60 observações. Como este estudo é feito a partir de informações sigilosas, não sendo possível identificar os alunos, será considerado como tendo 60 alunos participantes do PADiv de 2017 até 2021.

4.2.1.1. Pagamento das parcelas

A tabela abaixo mostra a distribuição das parcelas aos alunos por ano. No primeiro ano, foram pagas 5 parcelas, enquanto que, no ano seguinte, foram cerca de 18 parcelas. Seguindo de 16, 11 e 10 parcelas respectivamente para os três anos seguintes. Os anos de 2018 e 2019 representam 57% das parcelas pagas nesses 5 anos analisados.

Tabela 2 - Pagamento das parcelas (por ano)

Período (Ano)	N° de Observações	Frequência Relativa (%)
2017	5	8%
2018	18	30%
2019	16	27%
2020	11	18%
2021	10	17%

Fonte: PADiv, 2022. Elaboração própria.

Das 60 observações desse período, 51 informam o período de ingresso do estudante no curso vigente ao recebimento da parcela, que vai desde o primeiro semestre de 2009 ao primeiro semestre de 2020. Foram concedidas 2 parcelas para alunos ingressantes dos seguintes períodos: primeiro semestre de 2009 (2009.1), segundo semestre de 2014 (2014.2), primeiro e segundo semestre de 2015 (2015.1 e 2015.2), primeiro semestre de 2016 (2016.1) e primeiro semestre de 2020 (2020.1). Estes são os períodos com menor frequência de parcelas, cerca de 3% para cada.

Os períodos com um maior recebimento de parcelas é o segundo semestre de 2016 (2016.2), com 13%, seguido do segundo semestre de 2018 (2018.2), com 12%. O segundo semestre de 2017 (2017.2) e o primeiro semestre de 2019 (2019.1) têm uma frequência de 8% cada um, enquanto que o primeiro semestre de 2017 (2017.1) e o primeiro semestre de 2018 (2018.1) têm uma frequência de 7% e o primeiro semestre de 2012 (2012.1) e o segundo semestre de 2019 (2019.2) têm cerca de 5% das parcelas recebidas.

Tabela 3 - Pagamento das parcelas x período de ingresso dos alunos contemplados (por semestre)

Período (semestre)	Nº de Observações	Frequência Relativa (%)
2009.1	2	3%
2012.1	3	5%
2014.2	2	3%
2015.1	2	3%
2015.2	2	3%
2016.1	2	3%
2016.2	8	13%
2017.1	4	7%
2017.2	5	8%
2018.1	4	7%
2018.2	7	12%
2019.1	5	8%
2019.2	3	5%
2020.1	2	3%
Em branco	9	15%

Fonte: PADiv, 2022. Elaboração própria.

Observando apenas por ano, os anos de ingresso de 2016, 2017, 2018 e 2019 concentram 63% das parcelas recebidas. Os anos de 2009, 2014 e 2020 concentram 3% cada um. O ano de 2015 corresponde a 7% e o ano de 2012 corresponde a 5%. Cerca de 9 observações não contam com essa informação.

Tabela 4 - Pagamento das parcelas x período de ingresso dos alunos contemplados (por ano)

Período (Ano)	Nº de Observações	Frequência Relativa (%)
2009	2	3%
2012	3	5%
2014	2	3%
2015	4	7%
2016	10	17%
2017	9	15%
2018	11	18%
2019	8	13%
2020	2	3%
Em branco	9	15%

Fonte: PADiv, 2022. Elaboração própria.

É importante ressaltar que, apesar de 33% das observações estarem em branco quanto ao deferimento ou indeferimento do auxílio, como mostra a tabela abaixo, é possível observar que das 60 observações, apenas 1 de fato informa o não recebimento da parcela. Ou seja, é possível deduzir que 98% dos alunos que recorreram ao programa foram acolhidos.

Tabela 5 - Resultado da concessão do auxílio

Resultado	N° de Observações	Frequência Relativa (%)
Deferido	39	65%
Indeferido	1	2%
Em branco	20	33%

Fonte: PADiv, 2022. Elaboração própria.

Apesar de que cada observação está sendo considerada como um aluno diferente e se refere ao pagamento de uma parcela do auxílio em um ano específico, os dados mostram que 17% das observações receberam mais 2 parcelas em algum momento, totalizando 3 parcelas ao todo, e 15% receberam 2 parcelas ao todo em algum instante. Entretanto, alunos que receberam apenas uma parcela são maioria, representando 67% das observações.

Tabela 6 - Total de parcelas por aluno

Total de parcelas	N° de Observações	Frequência Relativa (%)
0	1	2%
1	40	67%
2	9	15%
3	10	17%

Fonte: PADiv, 2022. Elaboração própria.

4.2.1.2. Composição dos alunos

Os alunos que procuraram o programa entre 2017 a 2021 informaram que seus vínculos familiares ou estavam fragilizados ou foram rompidos por questões de diversidade. Apesar de muitas observações não terem vindas especificadas, algumas informam que os motivos da fragilidade ou rompimento foram por questões de gênero - sofrendo violências domésticas — LGBTfobia e agravos à saúde. Os vínculos fragilizados representam 30% das observações, os rompidos representam 37% e 33% vieram em branco.

Tabela 7 - Situação dos vínculos familiares

Vínculos Familiares	N° de Observações	Frequência Relativa (%)
Fragilizados	18	30%
Rompidos	22	37%
Em branco	20	33%

Fonte: PADiv, 2022. Elaboração própria.

Na época do recebimento da parcela, cerca de 17% dos alunos tinham 20 anos, 12% tinham 22 anos e 10% tinham 19 anos. Nenhum dos alunos eram menores de idade, começando a mostra em 18 anos — com 2% das observações — e terminando com 33 anos — com 2% das observações também. A idade de 26 anos também representa 2% das observações e as demais idades representam 5% cada.

Tabela 8 - Idade à época do recebimento da parcela

Idade à época	N° de Observações	Frequência Relativa (%)
18	1	2%
19	6	10%
20	10	17%
21	3	5%
22	7	12%
23	3	5%
25	3	5%
26	1	2%
27	2	3%
28	2	3%
33	1	2%
Em branco	21	35%

Fonte: PADiv, 2022. Elaboração própria.

Cerca de 47% dos alunos se declararam homens e mulheres cis na época, com 22% e 25% respectivamente. Homens trans representam 8%, mulheres trans representam 3%, assim como mulher trans/travesti e não-binária. O gênero fluido representa 2% das observações. Cerca de 33% das observações estão em branco. Há uma leve predominância de mulheres, aproximadamente 31% contra 30% de homens.

Tabela 9 - Identidade de gênero

Identidade de Gênero	N° de Observações	Frequência Relativa (%)
Homem Cis	13	22%
Homem Trans	5	8%
Mulher Cis	15	25%
Mulher Trans	2	3%
Mulher Trans/Travesti	2	3%
Não-Binária	2	3%
Fluida	1	2%
Em branco	20	33%

Fonte: PADiv, 2022. Elaboração própria.

Em relação à orientação sexual, apenas 8% das observações são de heterossexuais. Aproximadamente 25% dos alunos se declaram bissexuais, 20% gays, 8% pansexual e 5% lésbicas. Cerca de 33% das observações vieram sem declaração alguma.

Tabela 10 - Orientação Sexual

Orientação sexual	N° de Observações	Frequência Relativa (%)
Bissexual	15	25%
Gay	12	20%
Heterossexual	5	8%
Lésbica	3	5%
Pansexual	5	8%
Em branco	20	33%

Fonte: PADiv, 2022. Elaboração própria.

Além disso, 27% dos alunos se declaram pretos, 23% se declaram brancos, 15% se declaram pardos, enquanto apenas 2% informam ser indígenas. Novamente, 33% das observações vieram sem resposta para esta questão.

Tabela 11 - Raça

Raça	N° de Observações	Frequência Relativa (%)
Branca	14	23%
Parda	9	15%
Preta	16	27%
Indígena	1	2%
Em branco	20	33%

Fonte: PADiv, 2022. Elaboração própria.

Cerca de 13% afirmam ser Pessoas Com Deficiência — PCD. Em torno de 7% com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade — TDAH —, 2% com Transtorno de Espectro Autista — TEA —, 2% com alta dotação e 2 % com Síndrome de Asperger.

Tabela 12 - PCD

PCD	N° de Observações	Frequência Relativa (%)
TDAH	4	7%
Transtorno do Espectro Autista - TEA	1	2%
Alta dotação	1	2%
Síndrome de Asperger	1	2%
Em branco	53	88%

Fonte: PADiv, 2022. Elaboração própria.

Os alunos residentes em Sobradinho representam 8% da amostra, seguidos de Asa Norte e sem endereço no DF, com 7% cada uma, Samambaia Sul e Sudoeste, com 5% cada uma, e Recanto das Emas e Valparaíso do Goiás, com 3% cada uma. As demais regiões administrativas representam 2% das observações cada uma e 17% estão em branco.

Tabela 13 - Moradia por região administrativa

Moradia	N° de Observações	Frequência Relativa (%)
Águas Claras	2	3%
Águas Lindas	1	2%
Asa Norte	4	7%
Asa sul	1	2%
Casa do Estudante Unive	1	2%
Ceilândia	2	3%
Ceilândia Norte	1	2%
Ceilândia Sul	2	3%
Cidade Ocidental	1	2%
Guará	1	2%
Itapoã	1	2%
Jardim Botânico	1	2%
Novo Gama	1	2%
Paranoá	1	2%
Recanto das Emas	2	3%
Riacho Fundo	1	2%
Riachu Fundo II	1	2%
Samambaia Sul	3	5%
Samambaia Norte	1	2%
Santa Maria	2	3%
São Sebastião	1	2%
Sem endereço no DF	4	7%
Sobradinho	5	8%
Sobradinho II	1	2%
Sol Nascente	1	2%
Sudoeste	3	5%
Taguatinga	2	3%
Valparaíso de Goiás	2	3%
Vila Planalto	1	2%
Em branco	10	17%

Fonte: PADiv, 2022. Elaboração própria.

4.2.1.3. Características gerais acadêmicas

Aproximadamente 54% dos alunos participantes do programa para o período considerado ingressaram por cotas de escola pública: 28% baixa renda - PPI — preto, pardo ou indígena —, 10% alta renda - PPI e 8% alta renda e baixa renda não PPI. Cerca de 23% dos alunos ingressaram pelo sistema universal de vagas, 5% por cotas reservadas a pessoas negras e 2% em cotas indígenas. 15% das observações estão em branco.

Tabela 14 - Cotas

Cota	N° de Observações	Frequência Relativa (%)
Universal	14	23%
Escola Pública Alta Renda-Não PPI	5	8%
Escola Pública Alta Renda-PPI	6	10%
Escola Pública Baixa Renda-PPI	17	28%
Escola Pública Baixa Renda-Não PPI	5	8%
Negro	3	5%
Indígena	1	2%
Em branco	9	15%

Fonte: PADiv, 2022. Elaboração própria.

A tabela abaixo mostra os cursos dos alunos no período do recebimento do auxílio. Os cursos com maiores frequências são ciências sociais, com 10%, serviço social, com 8%, artes cênicas, com 7% e ciência da computação, com 5%. Os demais cursos aparecem com uma frequência de 2 ou 3% e 33% das observações vieram em branco.

Tabela 15 - Curso à época do recebimento do auxílio

Curso	N° de Observações	Frequência Relativa (%)
Artes Cênicas	4	7%
Ciência da Computação	3	5%
Ciências Naturais	2	3%
Ciências Sociais	6	10%
Comunicação Organizacional	2	3%
Enfermagem	1	2%
Farmácia	2	3%
Geografia	2	3%
História	1	2%
Letras - Língua Inglesa e Respectiva Literatura	1	2%
Letras - Língua e Literatura Japonesa	2	3%
Letras - Língua Portuguesa e Respectiva Literatura	2	3%
Letras - Línguas Estrangeiras Aplicadas	1	2%
Medicina	1	2%
Museologia	1	2%
Museologia	1	2%
Pedagogia	2	3%
Química Tecnológica	1	2%
Serviço Social	5	8%
Em branco	20	33%

Fonte: PADiv, 2022. Elaboração própria.

Atualmente, os cursos desses mesmos alunos estão sendo mostrados na Tabela 15. Essa informação foi extraída do SIGAA e a opção em branco foi substituída por não encontrado caso o aluno não tenha sido encontrado no sistema.

É possível observar que ciências sociais continuam com 10% da frequência, entretanto, o serviço social passou de 8% para 13%, se tornando o curso com maior incidência. Comunicação organizacional, não é especificado na primeira relação — Tabela 14 — é o segundo curso com maior aparição, cerca de 12%. Artes cênicas passou de 7% para 5%, enquanto ciência da computação foi de 5% para 2%. Cerca de 15% dos alunos não foram encontrados no SIGAA.

Tabela 16 - Curso registrado no SIGAA

Curso	Nº de Observações	Frequência Relativa (%)
Arquitetura e Urbanismo	1	2%
Arquivologia	1	2%
Artes Cênicas	3	5%
Artes Visuais	1	2%
Ciência da Computação	1	2%
Ciência Sociais	6	10%
Ciências Biológicas	1	2%
Ciências Contábeis	1	2%
Ciências Naturais	3	5%
Comunicação Social - Audiovisual	1	2%
Comunicação Social - Comunicação Organizacional	7	12%
Enfermagem	1	2%
Engenharia	1	2%
Farmácia	2	3%
Letras - Língua Inglesa e Respectiva Literatura	1	2%
Letras - Língua e Literatura Japonesa	1	2%
Letras - Língua Portuguesa e Respectiva Literatura	2	3%
Letras - Línguas Estrangeiras Aplicadas	1	2%
Museologia	1	2%
Pedagogia	2	3%
Psicologia	1	2%
Química	1	2%
Relações Internacionais	1	2%
Saúde Coletiva	1	2%
Serviço Social	8	13%
Turismo	1	2%
Não encontrado	9	15%

Fonte: PADiv, 2022. Elaboração própria.

As tabelas 14 e 15 sugerem uma movimentação de cursos. Cerca de 33 alunos, isto é, 55% da amostra, mudou de curso em algum momento, contra 27 alunos que permaneceram em seus cursos — aproximadamente 45%.

Tabela 17 - Mudança de curso

Situação	Nº de Observações	Frequência Relativa (%)
Mudou de curso	33	55%
Não mudou de curso	27	45%

Fonte: PADiv, 2022. Elaboração própria.

Além disso, muitos alunos informaram terem trancado o semestre, desde 1 trancamento a 10 trancamentos. 23% trancaram 1 vez, 15% trancaram 3 vezes e 8% trancou, pelo menos, 2 vezes. A opção de 4, 9 e 10 trancamentos aparece com 5%, 3% e 2% respectivamente. Cerca de 43% das observações estão em branco.

Tabela 18 - Semestres trancados

Trancamento	Nº de Observações	Frequência Relativa (%)
1	14	23%
2	5	8%
3	9	15%
4	3	5%
9	2	3%
10	1	2%
Em branco	26	43%

Fonte: PADiv, 2022. Elaboração própria.

Cerca de 68% dos alunos apresentaram um IRA acima de 3, enquanto que 17% apresentaram um IRA abaixo de 3 e 15% das observações estavam em branco.

Tabela 19 - IRA

IRA	Nº de Observações	Frequência Relativa (%)
Acima de 3	41	68%
Abaixo de 3	10	17%
Em branco	9	15%

Fonte: PADiv, 2022. Elaboração própria.

Em relação ao status do aluno na universidade, cerca de 62% estão ativos, 22% concluíram o curso e houve 1 desligamento voluntário. Aproximadamente 15% das

observações vieram em branco e elas coincidem com os 9 alunos que não foram encontrados no SIGAA.

Tabela 20 - Status do aluno na universidade

Status	Nº de Observações	Frequência Relativa (%)
Ativo	37	62%
Concluído	13	22%
Desligamento voluntário	1	2%
Em branco	9	15%

Fonte: PADiv, 2022. Elaboração própria.

Além disso, no campo reprovações veio as seguintes informações: 1 aluno reprovou 2 vezes, 1 aluno trancou todas as disciplinas no período 2016.2, 1 aluno trancou 1 vez o semestre, 1 aluno trancou 9 semestres, 1 aluno reprovou tudo a partir de 2020.2, 1 aluno teve várias reprovações, 1 aluno teve várias reprovações durante a pandemia e 1 aluno não teve reprovação alguma. As demais observações para este campo vieram em branco.

4.3. Análise dos dados

De fato, os alunos acolhidos pelo programa entre os anos de 2017 a 2021 fazem parte do grupo alvo do PADiv. Apesar de, pelo menor, 47% das observações serem de homens e mulheres cis, cerca de 66% das observações totais são de LGBTQIA+, 12% é PCD e 43% das observações informam que os alunos se declaram PPI.

Um dado que chama bastante atenção é que as Regiões Administrativas (RA's) que têm maiores frequências são Sobradinho (8%), Plano Piloto (9%), junção de Asa Norte com Asa Sul, e Samambaia (7%), sendo a junção dos dados de Samambaia Sul e Norte, e Sudoeste (5%).

De acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2021, Plano Piloto e Sudoeste têm uma renda bruta domiciliar bem acima da média do Distrito Federal. A renda bruta domiciliar do Plano Piloto é de R\$14.087,02, enquanto a do Sudoeste é de R\$15.908,43. A renda bruta domiciliar média do DF é de R\$6.938,36, cerca de mais de 50% menor que a renda bruta domiciliar dessas RA's.

Sobradinho está levemente abaixo da média, com uma renda de R\$6.010,84, enquanto que Samambaia tem uma renda média domiciliar de R\$4.128,25. Apesar de Samambaia estar abaixo da média do DF, ela se encontra em uma posição intermediária entre as demais RA. Paranoá e Itapoã, por exemplo, têm uma das menores rendas, com R\$2.842,63 e R\$2.475,22 respectivamente.

Além disso, 41% das observações indicam que não foi utilizado o sistema de cotas para baixa renda para ingressar na universidade. Isso, possivelmente, evidencia que os alunos participantes do programa venham de uma família que não é economicamente vulnerável.

Apesar de 30% das observações sobre a situação do vínculo familiar terem vindos em branco, o programa se destina a alunos que estão vivenciando um período de vulnerabilidade socioeconômica decorrente de questões ligadas à diversidade. Logo, mesmo que apenas 67% tenha afirmado que o vínculo familiar tenha sido fragilizado ou rompido, 100% dos alunos que tiveram o auxílio deferido encontra-se em vulnerabilidade socioeconômica.

Assim, é possível levantar a hipótese de um indivíduo de uma família cuja renda mensal é relativamente alta não está livre de sofrer vulnerabilidade econômica em decorrência de discriminação por características individuais.

Outro dado que se destaca é o de quantidade de parcelas. Apesar de o programa oferecer até 3 parcelas, cerca de 67% das observações indica o recebimento de apenas 1 parcela.

Os dados também indicam que houve muitas reprovações e trancamentos (57%) e que, apesar disso, o IRA desses estudantes se manteve acima de 3 para 68% deles. Além de que, 62% desses alunos mantêm a matrícula ativa na universidade e 22% concluíram o curso.

Logo, os dados podem evidenciar uma possível eficácia do programa quanto ao seu objetivo.

5. CONCLUSÃO

O ser humano dispõe de diversas características que, em maior ou menor magnitude, são determinantes no exercício de suas individualidades e identidades. Características, essas, que podem levar à exclusão social e econômica desses indivíduos.

Questões de diversidade, como a orientação sexual, gênero e identidade de gênero, por exemplo, podem levar ao rompimento do vínculo familiar e, conseqüentemente, à vulnerabilidade socioeconômica, mesmo que esses indivíduos excluídos sejam de uma família de alta renda. Muitas vezes, os indivíduos são cortados completamente e deixados sem nenhum amparo.

O PADiv não somente reconhece a possibilidade de existência de vulnerabilidade econômica advinda de vulnerabilidades sociais ligadas a questões de diversidade, como tem se mostrado eficiente quanto ao seu objetivo, minimizar provisoriamente a vulnerabilidade socioeconômica decorrente de questões ligadas à diversidade, possibilitando a permanência e a diplomação desses estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho de Administração. **Resolução nº 011/2020, de 20 de julho de 2020.** Regulamenta o Programa de Atenção à Diversidade (PADiv) na Universidade de Brasília. Disponível em: https://diversidade.unb.br/images/Documentos/CAD_11_2020_PADiv.pdf

RASIL. Câmara de Ensino de Graduação. **Resolução nº 0001/2020, de 01 de dezembro de 2020.** Define o Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) e da Média Ponderada (MP) e suas fórmulas de cálculo. Disponível em: https://deg.unb.br/images/legislacao/resolucao_ceg_0001_2020.pdf

CAPELLA, A. **Formulação de Políticas Públicas.** Ed. Brasília: ENAP, 2018.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio. 2021. Disponível em: <https://pdad2021.ipe.df.gov.br/>

ESPING-ANDERSEN, G. **As Três Economias do Welfare State.** Lua Nova, n. 24, setembro de 1991.

GERHARDT, T.; SILVEIRA, D. **Métodos de Pesquisa.** Edição 1. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIACOMELLI, G. S. **A teoria tradicional do bem-estar: da origem às críticas.** Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XIX – V. 3 - N. 38 - Dezembro de 2017 - Salvador, BA – p. 6 – 27.

GIACOMELLI, G. S. **Da economia tradicional do bem-estar à importância da equidade em saúde para o desenvolvimento humano.** Dissertação (Mestrado em Economia e Desenvolvimento). Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul. 2015.

HICKS, J. R. **The Foundations of Welfare Economics.** The Economic Journal, vol. 49, no. 196, 1939, p. 696–712. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/2225023>

LANGE, O. **The Foundations of Welfare Economics.** Econometrica, vol. 10, no. 3/4, 1942, p. 215–28. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/1905465>

MAS-COLELL, A., WHINSTON, M.D., GREEN, J.R. **Microeconomix Theory.** Oxford: Oxford University Press, 1995.

PEDRA, C. **Direitos LGBT: a LGBTfobia estrutural e a diversidade sexual e de gênero no direito brasileiro.** Edição 1. Ed. Curitiba: Appris, 2020.

SAMUELSON, P. **Fundamentos da Análise Econômica.** Tradução: Paulo de Almeida. Edição 2. Ed. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1983.

SARAVIA, E; FERRAREZI, E. **Políticas Públicas; Coletânea - Volume 1.** Edição 2. Ed. Brasília: ENAP, 2006.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações.** Tradução: Luiz João Baraúna. Vol. I. Ed. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

WALRAS, L. **Compêndio dos elementos de economia política pura.** Tradução de João Guilherme Vargas Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1983.